



## **A marcha batida dos sem-terra em direção à criminalidade**

**Síntese:** *Os sem-terra aproveitaram o Carnaval para perpetrar nova onda de violência no interior do país, com saldo de quatro assassinatos e 22 propriedades invadidas. A reforma agrária do governo Lula está longe do prometido. O total de famílias assentadas é bem menor do que na gestão tucana. Mas muito maior é a transferência de recursos para entidades subjugadas aos MST: em torno de R\$ 50 milhões. Isso não impediu que a violência recrudescesse no campo, na exata medida em que a gestão petista deixava de cumprir a legislação de combate a invasões. Foram 1.564 invasões e 217 mortes nos últimos seis anos. O alvo preferencial do movimento são áreas em estados governados pelo PSDB: nos dois últimos anos, metade das ações ocorreram aí.*

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltou a frequentar as manchetes policiais. Ao longo dos seus 25 anos de existência, comemorados em 2009, as ações do grupo foram migrando do campo das reivindicações sociais para a violência pura e simples. Assim foi, novamente, logo após o Carnaval, quando quatro trabalhadores foram executados por invasores de uma propriedade em São Joaquim do Monte, em Pernambuco. Na mesma época, 21 fazendas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, foram invadidas. Tudo com a complacência do governo Lula, que se dizia “o único capaz de fazer a reforma agrária pacífica no país”.

Nos últimos anos, o que se viu foi o contrário: a explosão da violência no campo, ao mesmo tempo em que programas de distribuição de terra minguaram na agenda pública nacional. O número de famílias assentadas pela gestão petista é mais baixo do que o registrado nos anos Fernando Henrique. Seria bem menor não fossem truques e maquiagens usados pelo governo Lula para inflar seu desempenho na área do desenvolvimento agrário, conforme sustentam entidades de longa militância no campo, como a Contag. O procedimento mais corriqueiro é somar como novas áreas já há muito transformadas em assentamentos; só aí estima-se uma gordura de pelo menos 30% nos números atuais.

O título de campeão da reforma agrária no Brasil cabe ao governo tucano. Entre 1995 e 2002, foram assentadas no país 635 mil famílias. A média anual alcançada no período foi dez vezes maior do que a registrada nas três décadas anteriores. De lá para cá, o total de assentados não passou de 519 mil. Mas os avanços não foram apenas numéricos. A gestão do PSDB criou o Pronaf, aprovou a lei do rito sumário, que confere maior agilidade às desapropriações, e implantou o banco da terra, para financiar a compra de imóveis rurais e obras de infraestrutura básica.

Tal arcabouço foi herdado pela gestão Lula, que pouco fez para melhorá-lo. No mínimo que agiu foi para piorar as condições de convivência no campo, como no caso do continuado desrespeito à chamada MP anti-invasão, a medida provisória nº 2183, cuja última edição data de agosto de 2001. Principal instrumento de contenção da escalada da violência que os sem-terra

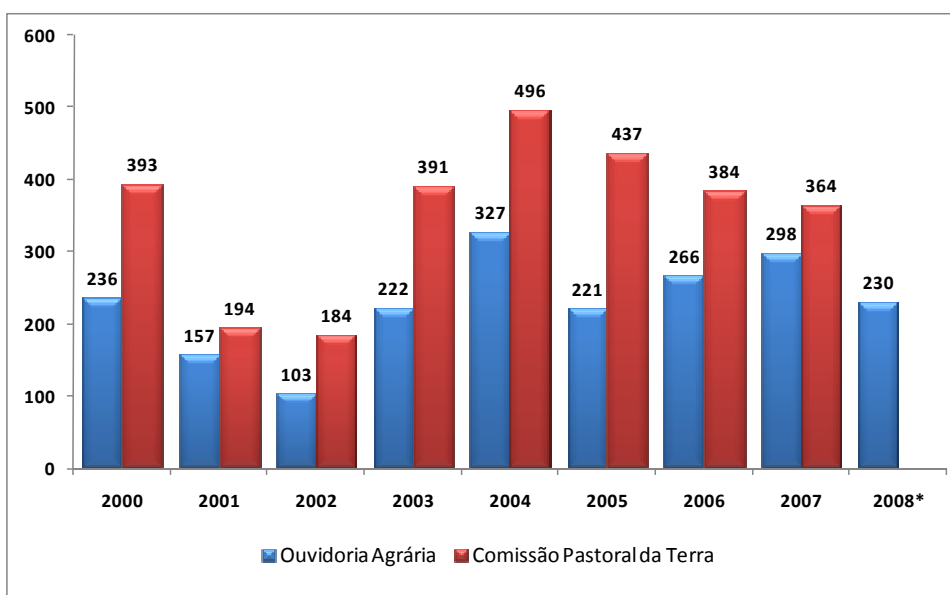
empreendiam contra propriedades rurais naquela época, a MP foi solenemente ignorada pelo atual governo, que, no entanto, jamais a revogou. Ainda em vigor, embora nunca transformada em lei, ela proíbe a desapropriação, por dois anos, de imóveis rurais que tenham sido invadidos. Mais que isso, veda a concessão de recursos públicos para entidades envolvidas em invasões.

### Obediência comprada

Ignorar os freios impostos pela MP foi uma das formas que o governo Lula usou para contemporizar com o MST – aliado histórico do petismo que, mesmo diante das pífias ações em prol da reforma agrária implementadas pela atual gestão federal, eximiu-se de suas marchas de protesto, rotineiras nos anos FHC. Mas este não foi o único instrumento de domesticação empregado pelo PT e docemente aceito pelos sem-terra. A placidez do movimento em relação ao poder central foi negociada à custa de muito recurso público, numa ascensão nunca antes observada.

Segundo números do Siafi, desde 2002 cerca de R\$ 50 milhões foram repassados pela União a entidades vinculadas ao MST. Os valores saltaram de R\$ 2,2 milhões no último ano da gestão tucana para um pico de R\$ 14 milhões em 2004. Desde então vêm caindo, mas ainda assim renderam uma média de quase R\$ 8 milhões ao ano a apenas quatro das organizações reconhecidamente subjugadas ao MST: Anara, Anca, Concrab e Iterra.

### Número de invasões de terra no Brasil



\*Até novembro. A CPT ainda não divulgou seus números relativos a 2008.

Dada a intangível natureza jurídica do movimento, é possível que outras entidades recebam recursos do governo e os destinem a alimentar as ações do MST pelo país afora. São como “laranjas”, comuns nos enredos policiais, conforme apontado pela CPI da Terra em 2005. No ano passado, o Ministério de Desenvolvimento Agrário enviou R\$ 222 milhões para mais de três centenas de entidades privadas sem fins lucrativos usarem em ações de educação rural, construção de moradias e eletrificação, entre outras.

## Escalada da violência

Mas, se marchas e protestos mais barulhentos vêm perdendo ímpeto, o mesmo não se pode dizer da cotidiana afronta dos sem-terra a propriedades rurais no interior brasileiro. Sem o arreio da MP, o número de invasões voltou a crescer na gestão Lula, depois de atingir seu nível mais baixo nos anos finais do governo Fernando Henrique. Segundo levantamento feito pela Ouvidoria Agrária, de 2003 a novembro passado – último dado disponível – ocorreram 1.564 invasões de terra no país. Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram muito mais: 2.072 apenas até 2007, já que a entidade ainda não divulgou os números relativos ao ano passado.

O MST e seus satélites escolhem a dedo onde farão suas ações intimidatórias: bem longe da Esplanada dos Ministérios e, quase sempre, em estados governados pela oposição. Tome-se o exemplo do que ocorreu nos dois últimos anos. Das 528 invasões registradas pela ouvidoria, nada menos que 270, ou seja, mais da metade, concentraram-se nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, cujo único traço comum é ter governadores do PSDB. Isso embora a atribuição de realizar a reforma agrária seja do Incra, órgão subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A face truculenta das ações do movimento completa-se com o ataque a número crescente de pessoas. Assim como as invasões aumentaram na gestão Lula, as mortes também dispararam. Segundo a CPT, foram 217 desde 2003 até o ano retrasado. Isso dá média de 43 assassinatos por ano em decorrência de conflitos de terra ao longo do governo do PT. Pelos levantamentos da entidade, nunca os óbitos foram tão baixos quanto em 2000 (21), ainda com FHC; e nunca tão altos como em 2003 (73), já sob Lula. Que "reforma agrária pacífica" é esta?

Em resposta aos que clamam por mais segurança, respeito às leis e aos direitos dos cidadãos, o MST avisa que fará mais do mesmo: promete intensificar invasões por todo o país até culminar com seu já tradicional "abril vermelho". Aposta que o agravamento da crise econômica, com aumento do desemprego nas cidades, irá engordar-lhe as fileiras. Segue, portanto, a famigerada cartilha do "quanto pior, melhor" que sempre pautou a atuação do PT na oposição. Nesta cruzada, conta com a simpatia de ministros como Dilma Rousseff, que ainda espera "provas reais" das ilegalidades do MST. Precisa mais?



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.  
Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

---

### INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: [itv@itv.org.br](mailto:itv@itv.org.br) . site: [www.itv.org.br](http://www.itv.org.br)